



CERTIDÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR - PAS

1. Certificamos que há registro de processo administrativo sancionador - PAS - instaurado pelo Banco Central do Brasil em desfavor de BANCO BTG PACTUAL S.A. (matriz e filiais), CNPJ 30.306.294/0001-45, pendente de decisão ou decidido após 1º de janeiro de 2013:

- PAS nº 70338. Decisão de 1ª instância: DIORF - 2013 / 0341, de 19/04/2013. Penalidade de 1ª instância: Multa de R\$ 25.000,00. A multa foi paga;
- PAS nº 103534. Decisão de 1ª instância: COPAS - 2021 / 0073, de 01/02/2021. Penalidade de 1ª instância: Não houve penalidade. A penalidade foi extinta;
- PAS nº 162030. Decisão de 1ª instância: COPAS - 2019 / 1209, de 16/12/2019. Penalidade de 1ª instância: Multa de R\$ 12.500,00. A multa foi paga. Penalidade não considerada para fins de antecedentes, nos termos do art. 66, § 3º, da Resolução BCB nº 131, de 20 de agosto de 2021;
- PAS nº 269869. Decisão de 1ª instância: COPAS - 2024 / 0695, de 06/09/2024. Penalidade de 1ª instância: Multa de R\$ 12.500,00. A multa foi paga. Penalidade não considerada para fins de antecedentes, nos termos do art. 66, § 3º, da Resolução BCB nº 131, de 20 de agosto de 2021.

Data da emissão: 30/10/2025

Confirme a autenticidade do documento acessando

<https://www3.bcb.gov.br/nadaconsta/validacao>

com o código **zpcycFA9dsJq**

Informações para acesso a documentos relativos a processos administrativos sancionadores:

O Banco Central do Brasil (BCB) disponibiliza informações sobre decisões de processos administrativos sancionadores - PAS, cuja consulta pode ser realizada em:

1. Diário Eletrônico, em <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/diarioeletronico>, todas as decisões do BCB^[1] proferidas desde 2017, de modo individualizado, integral ou em resumo;
2. Consulta processual, em <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/consultaprocessoadm>, situação de cada processo.

^[1] Em atendimento ao art. 28 da [Lei nº 13.506, de 13 de novembro de 2017](#), e nos termos do art. 33 da [Resolução BCB nº 131 de 20 de agosto de 2021](#), que regulamentou a citada lei.